

Debate sobre a compra dos títulos da dívida

por Cynthia Malta
de São Paulo

Dentre as opções de política no tratamento da dívida externa da América Latina, ao redor de US\$ 400 bilhões, a compra de títulos dessa dívida no mercado secundário pelos devedores é, atualmente, uma das que mais provocam polêmica. Os debates realizados na sexta-feira pela manhã no Seminário Internacional da Dívida Externa e Desenvolvimento da América Latina, promovido pelo governo do Estado de São Paulo, giraram principalmente em torno desse tema, suscitando opiniões diferentes.

O ex-vice-presidente da Área Externa do Banco do Brasil, Adreoldo Moura da Silva, por exemplo, disse que "se estivesse no governo hoje, começaria a montar uma estratégia para acumular reservas e ir agressivamente ao mercado para comprar os títulos (da dívida brasileira) com deságio". Em sua opinião, o Brasil não deveria esperar pela implementação do Plano Brady (do secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, que prevê a redução da dívida através de "mecanismos de mercado").

Posição diferente foi defendida pelo pesquisador principal do Centro de Pesquisas de Economia Mundial de Cuba, George Carrizazo. "Experiências passadas demonstram que a utilização maciça do mercado secundário leva a um aumento do valor da dívida", observou Carrizazo em sua palestra.

Um exemplo: os títulos da dívida brasileira, que atualmente no mercado internacional valem apenas 28% do seu valor de face, poderiam voltar a subir em ritmo acelerado caso o Brasil entrasse nesse mercado comprando quantidades significativas desses papéis.

REFERÊNCIAS

Esse tipo de operação causaria num curto espaço de tempo a revalorização da dívida, tornando mais "caro" o seu resgate. "O mercado secundário deve ser utilizado, então, como ponto de referência para guiar as negociações", disse Carrizazo.

O Plano Brady, ao ser divulgado na semana passada, realimentou de uma certa forma a discussão em torno da utilização do mercado secundário como mecanismo para redução da dívida. A proposta de Brady, que ainda não foi detalhada, prevê a redução do principal da dívida externa através de "mecanismos de mercado", com garantias do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Para a professora do Instituto de Tecnologia de Massachussets (EUA), Eliana Cardoso, "o papel do governo dos EUA é defender os interesses dos norte-americanos e o Plano Brady é uma tentativa de defender os bancos de lá contra as moratórias iminentes do México e da Venezuela".

Os dois países não terão, segundo Cardoso, condições de continuar pagando seus débitos externos e poderão decretar moratória em breve. O governo de Washington, então, preparou rapidamente um plano para garantir que os seus bancos pudessem receber pelo menos o valor real da dívida, uma vez que os títulos seriam negociados no mercado secundário.

O caso argentino também não é menos sensível. Segundo o presidente do Banco Central da Argentina, José Luis Machinea, "a situação não é dramática, mas deve ser regularizada".

Há quase um ano, o governo de Buenos Aires suspendeu o pagamento dos juros da sua dívida. Os atrasados, segundo Machinea, são de US\$ 2,5 bilhões. A dívida está em US\$ 58 bilhões. E os credores só querem negociar com o próximo governo, que será eleito em maio.

Machinea explicou que a suspensão dos juros deveu-se à paralisação na entrada de recursos externos para financiar 50% dos juros devidos. Nos últimos cinco anos, a Argentina paga apenas 50% dos juros, a outra metade é financiada com recursos externos. "Isso nos diferencia dos demais países da América Latina, que transferem recursos ao exterior equivalentes a 80% dos juros devidos e alguns chegam até a amortizar o principal".